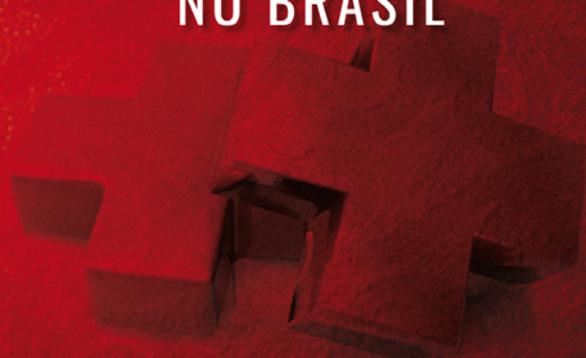


RICART CÉSAR COELHO DOS SANTOS

# FINANCIAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL



*Prefácio*

Regis Fernandes de Oliveira



## **Autor**

Ricart César Coelho dos Santos

# FINANCIAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

## **Área específica**

Direito Financeiro.

## **Áreas afins**

Direito Administrativo e Direito à Saúde.

## **Público-alvo/consumidores**

Gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), advogados, promotores e juízes que lidam com o tema da saúde pública, professores e demais estudiosos do direito financeiro, do direito à saúde e da saúde pública em geral, dentro e fora do meio acadêmico.

O Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser valorizado e fortalecido, pois representa uma verdadeira democratização do acesso à saúde pública, realizada com uma abrangência jamais vista na história do país. Esse sistema, porém, não se constituiem uma conquista pronta e acabada. Ao contrário, ele é, acima de tudo, uma obra em construção, a qual requer muito trabalho e estudo para que alcance os seus objetivos. Este livro visa dar a sua contribuição, lançando luzes sobre o tema, ainda pouco explorado, do complexo financiamento do SUS.

A saúde está intimamente relacionada ao desenvolvimento humano e à qualidade de vida das pessoas e, em última análise, à sua própria felicidade. Para enfrentar os problemas da saúde pública brasileira, é necessário conhecer o seu financiamento de forma detalhada e as consequências do seu modelo atual, sendo esse o principal objetivo desta obra.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10001027

S237f

Santos, Ricart César Coelho dos

Financiamento da Saúde Pública no Brasil / Ricart César Coelho dos Santos.  
– Belo Horizonte : Fórum, 2016. 206 p.

ISBN: 978-85-450-0177-5

1. Direito Financeiro. 2. Direito Administrativo. 3. Direito à Saúde. 4.  
Sistema Único de Saúde - SUS. I. Título.

CDD 362.10681

CDU 336.14:614(81)

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SANTOS, Ricart César Coelho dos. Financiamento da Saúde Pública no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 206 p. ISBN 978-85-450-0177-5.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	19
<b>Regis Fernandes de Oliveira</b> .....	19
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO .....	21
1.1 Apresentação do tema .....	21
1.2 Importância do tema.....	28
1.3 Um novo olhar sobre o direito em geral e sobre o direito da saúde em especial .....	35
1.4 O humanismo e o questionamento do direito. A “profanação” do direito da saúde .....	36
1.5 Espinoza e a paixão no direito da saúde. Hobbes e os apetites e aversões na saúde pública .....	38
1.6 Os símbolos na saúde pública .....	42
CAPÍTULO 2	
O DESENVOLVIMENTO HUMANO E A SAÚDE.....	45
2.1 Conceito de saúde .....	45
2.2 O que é desenvolvimento humano.....	46
2.3 A teoria de Amartya Sen. Importância do gasto social para o crescimento econômico e para a diminuição das desigualdades.....	48
2.4 O que é o IDH. O financiamento da saúde pública e o desenvolvimento humano .....	51
2.5 Influência do gasto em saúde nos Objetivos do Milênio da Organização das Nações Unidas .....	53
2.6 Equidade fiscal: o gasto social em saúde e a redução da desigualdade ....	57
CAPÍTULO 3	
POLÍTICAS PÚBLICAS E SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE .....	65
3.1 Das políticas públicas .....	65
3.2 O Sistema Único de Saúde .....	68
3.2.1 Antecedentes históricos.....	69
3.2.2 A saúde na Constituição Federal de 1988.....	71
CAPÍTULO 4	
FEDERALISMO E SAÚDE .....	79
4.1 A saúde no pacto federativo.....	79

4.2	Federalismo fiscal e saúde .....	87
4.3	Vinculações de recursos para a área de saúde.....	90
4.3.1	Contribuições sociais, receitas de concursos de prognósticos e receitas próprias dos órgãos da seguridade.....	90
4.3.2	Contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF).....	91
4.3.3	A Emenda Constitucional nº 29/2000.....	92
4.3.4	Lei Complementar nº 141/2012 .....	94
4.3.5	Destinação para a área de saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.....	96
4.3.6	Emenda Constitucional nº 86/2015 .....	98
4.4	Crítica ao atual federalismo fiscal da área de saúde.....	101

## CAPÍTULO 5

FUNDOS DE SAÚDE.....	113	
5.1	Fundo de saúde do <i>Obamacare</i> . Fundos para investimento em saúde na União Europeia.....	114
5.2	Os fundos no Brasil. Antecedentes históricos.....	116
5.2.1	Constituição de 1824.....	116
5.2.2	Constituição de 1891.....	116
5.2.3	Primeira República (1889-1930). Surgimento dos fundos no cenário brasileiro.....	117
5.2.4	Fundo Naval. Decreto nº 20.923/1932.....	118
5.2.5	Fundo Especial de Educação e Saúde. Decreto nº 21.335/1932 .....	119
5.2.6	Constituição de 1934. Início da constitucionalização dos fundos.....	121
5.2.7	Estado Novo e Constituição de 1946.....	123
5.2.8	Fundo de Assistência Hospitalar. Decreto-Lei nº 9.846/1946 .....	124
5.2.9	Lei nº 4.320/1964.....	125
5.2.10	Constituição de 1967.....	126
5.2.11	Decreto-Lei nº 200/1967.....	126
5.2.12	Fundo Especial de Financiamento da Assistência Médica (FEFAM) .....	128
5.2.13	Decreto-Lei nº 701, de 24 de julho de 1969: Fundo Nacional de Saúde (FNS) .....	129
5.2.14	Emenda Constitucional nº 1 de 1969.....	131
5.3	Definição de fundos de saúde .....	133
5.4	Natureza jurídica dos fundos de saúde.....	135
5.5	As formas de transferências intergovernamentais existentes nos fundos de saúde .....	138
5.6	A possibilidade de condicionar as transferências intergovernamentais de recursos.....	143
5.7	Fundos de saúde como requisito para transferência de recursos da saúde pública.....	149
5.8	Autorização legislativa para a sua criação.....	154
5.9	Receitas especificadas.....	155
5.10	Vinculação à realização de ações e serviços públicos de saúde .....	158
5.11	Vinculação ou discricionariedade nas despesas dos fundos de saúde ..	160
5.12	A gestão dos fundos de saúde.....	162
5.13	Do contingenciamento dos recursos para os fundos de saúde .....	165
5.14	Do controle e fiscalização dos fundos de saúde .....	172
5.14.1	Controle da Administração Pública em geral. Definição e classificação .....	172
5.14.2	Controle dos fundos de saúde. Especificidades .....	177
5.14.3	Competência do controle dos fundos de saúde.....	182
5.15	Impacto da judicialização da saúde pública nos fundos de saúde.....	185

## CAPÍTULO 6

CONCLUSÃO.....	191
----------------	-----

REFERÊNCIAS.....	201
------------------	-----